



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM GOIÁS E .....**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.2. Objeto da contratação:

LOTE ÚNICO							
DE 19/10/2024 A 19/10/2025							
ITEM	PROFISSIONAIS	CBO/CATSER	LOCALIDADE	QTDE POSTOS	VALOR POR POSTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno (Supervisor da CSTI)	2124-20 / 26980	Goiânia	1			
2	Analista de Tecnologia da Informação Pleno		Goiânia	8			
3	Analista de Tecnologia da Informação Pleno		Anápolis	1			
4	Analista de Tecnologia da Informação Pleno		Formosa	1			
5	Analista de Tecnologia da Informação Pleno		Itumbiara	1			
6	Analista de Tecnologia da Informação Pleno		Jataí	1			
7	Analista de Tecnologia da Informação Pleno		Luziânia	1			
8	Analista de Tecnologia da Informação Pleno		Rio Verde	1			
9	Analista de Tecnologia da Informação Pleno		Uruaçu	1			
QUNTIDADES E VALORES TOTAIS				16			

VALORES COM ELIMINAÇÃO/ADEQUAÇÃO DOS CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS - A PARTIR DE 20/10/2025 e inclusão do Adicional por tempo de serviço (1% a cada 12 meses - Cláusula Oitava da CCT - só incluir a partir do segundo ano de contrato para colaboradores que estiverem prestando os serviços desde o início da vigência do contrato e, gradativamente 2%, 3%, 4%, 5%, nos anos subsequentes)- A PARTIR DE

20/10/2025

**LOTE ÚNICO**

ITEM	PROFISSIONAIS	CBO	LOCALIDADE	QTDE	VALOR POR POSTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Analista Pleno Supervisor	2124-20	Goiânia	1			
2	Analista Pleno	2124-20	Goiânia	8			
2	Analista Pleno	2124-20	Anápolis	1			
3	Analista Pleno	2124-20	Formosa	1			
4	Analista Pleno	2124-20	Itumbiara	1			
5	Analista Pleno	2124-20	Jataí	1			
6	Analista Pleno	2124-20	Luziânia	1			
7	Analista Pleno	2124-20	Rio Verde	1			
8	Analista Pleno	2124-20	Uruaçu	1			
QUANTIDADE TOTAL E VALORES MENSAL E ANUAL TOTAIS				16			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) anos, com início em 19/10/2024 e término em 19/10/2027, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação, no primeiro ano de contrato, é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

5.2. A partir do segundo ano de vigência, os eventos passíveis de eliminação total ou parcial, considerados como custos não renováveis, como Aviso Prévio Indenizado, Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado, Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizados, Aviso Prévio Trabalhado, Incidência do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado serão ajustados ou eliminados da Planilha de Custos e Formação de Preços, após verificado pelo Gestor, se foram pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação;

**5.2.1. O Gestor realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação citados no subitem 10.1, e, após apurados, serão encaminhados à Seção de Contratos, juntamente com a concordância da futura contratada e com a Planilha de Custos devidamente adequada com os novos percentuais (Instrução Normativa n. 05/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).**

5.2.2. Conforme TCU, Acórdãos n. 1.186/2017 e 1.586/2018, caso o percentual inicial previsto para essa rubrica tenha sido o máximo de 1,94% no primeiro ano, a partir do segundo ano do contrato, o percentual passará a ser de 0,194% e, a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, o que representa 3 (três) dias a mais de aviso, conforme a Lei 12.506/2011. 10.1.3

5.2.3. Com as eliminações/adequações dos custos tratados neste item, considerando como exemplo constante na Planilha de Custos anexa a este termo, passarão a ser (salvo se houver ocorrências comprovadas passíveis de negociação entre as partes):

a) os percentuais contidos correspondentes ao Aviso Prévio Indenizado e Incidência do FGTS sobre o API respectivamente, serão zerados;

b) o percentual do Aviso Prévio Trabalhado passará de 1,940% para 0,194%;

c) o percentual da incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado passará de 0,71% para 0,071%;

5.2.4. As disposições contidas neste Item são condições para continuidade do contrato a partir do segundo ano de vigência (Subitem 1.2, do Anexo VII-F da Instrução Normativa n. 05/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

5.3. Caso não haja ocorrências que ensejem outra metodologia para adequação/exclusão dos custos não renováveis, o valor mensal da contratação, a partir do segundo ano de contrato, será de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

5.4. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I<sup>o</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 (trinta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

7.28. A CONTRATADA deverá adequar o percentual da rubrica SAT - GIL/RAT constante na Planilha de Custos e Formação de Preços, a cada repactuação que envolva o reajuste dos pisos salariais das categorias envolvidas na prestação dos serviços;

7.28.1. Para a adequação prevista no subitem 7.28 acima, deverá ser registrado o percentual do RAT AJUSTADO constante na GFIP - SEFIP, tomador JUSTIÇA FEDERAL DE DE PRIMEIRO GRAU EM GOIÁS, do mês de competência anterior ao da referida repactuação.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, falhas ou incorreções verificadas no curso da prestação dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

- 8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.16. Repassar à CONTRATADA, as orientações e o dever de adesão ao combate ao assédio e à discriminação, nos termos das normas vigentes que regem a matéria no âmbito do Judiciário, bem como nos termos das deliberações da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação na Seção Judiciária de Goiás - CPEFAMAS-GO.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.37.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.37.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.37.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.38. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.38.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.38.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.39. Comunicar previamente ao Contratante qualquer ocorrência de transferência, remanejamento, afastamento, demissão ou mudança de perfil de profissional designado para prestar os serviços contratados, para que seja providenciada a imediata revogação de todos os acessos porventura concedidos ao profissional ou conferência das exigências contratuais previstas para o novo perfil para o qual o profissional será deslocado.

9.40. Manter seus empregados identificados por crachá, quando nas dependências do Contratante, devendo, após comunicação do gestor deste contrato, substituir o profissional nos termos do subitem 9.34 desta Cláusula, ficando vedado o retorno dos profissionais substituídos para fins de cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias dos profissionais alocados nos postos de trabalho.

9.40.1. Os crachás de identificação serão fornecidos pelo Contratante, os quais deverão ser devolvidos, quando do término do contrato, ou ressarcidos, em caso de eventuais extravios ou danos.

9.41. Comprovar, a qualquer tempo, perante o Contratante, o vínculo empregatício de seus profissionais, mediante exibição de suas Carteiras de Trabalho, de Previdência Social e de Saúde, devidamente anotadas e atualizadas, ou de outro instrumento legal, como também o pagamento de remuneração, mediante contracheques, recibos ou outro documento comprobatório admitido em lei.



9.42. Adotar sistema de registro eletrônico de ponto para controle do horário de trabalho de seus empregados e de eventual banco de horas, sem quaisquer ônus para o Contratante.

9.43. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados até o **5º (quinto) dia útil**, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

9.44. Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor, comprovantes de recolhimento individuais do FGTS e INSS, de todos ou de qualquer dos empregados, cuja regularidade será exigida para pagamento dos serviços prestados.

9.45. Conscientizar seus empregados quanto ao uso racional dos recursos naturais, com vistas à redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como reduzir a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

9.46. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 08(oito) horas por dia e 05(cinco) dias por semana de maneira eletrônica e 08(oito) horas por dia e 05(cinco) dias por semana por via telefônica.

9.47. Adequar-se, em **até 30 (trinta) dias** após notificada pelo Contratante, às novas tecnologias, softwares, produtos e procedimentos que o Contratante decidir adotar, sem quaisquer ônus a este.

9.47.1. A depender da nova funcionalidade, software ou versão, o Contratante poderá fixar prazo adicional, não superior a **60 (sessenta) dias**.

9.48. Conforme artigo 10, da Resolução n. 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça e nos termos da exigência contida no artigo 93, da Lei n. 8.213/1991, caso a CONTRATADA conte com 100 (cem) ou mais empregados no seu quadro de empregados, deverá comprovar, mediante documentação hábil, o preenchimento de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- a) de 100 a 200 .....2%;
- b) de 201 a 500 .....3%;
- c) de 501 a 1.000 .....4%;
- d) de 1.001 em diante .....5%.

9.48.1. A comprovação de que trata este item será aferida **a cada 6 (seis) meses pelo Gestor do contrato, contados a partir de xx/xx/xxxx**.

9.49. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.50. Orientar os colaboradores responsáveis pela execução dos serviços, sobre o dever de adesão ao combate ao assédio e à discriminação, nos termos das normas vigentes que regem a matéria no âmbito do Judiciário, bem como nos termos das deliberações da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação na Seção Judiciária de Goiás - CPEFAMAS-GO.

9.51. Compor, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres no quantitativo total de colaboradores ([Resolução CNJ n.255/2018](#));

9.51.1. Por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida, para a composição equânime de que trata o subitem 9.51.

## CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.
- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e
  - 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
  - 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 11.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 11.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 11.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.
- 11.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 11.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



[de 2021](#)).

iv) **Multa:**

**(1) moratória de 0,5% a 15% sobre o valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato, conforme detalhamento a seguir:**

ITEM	CONDUTA	% DA MULTA	BASE DE CÁLCULO	INCIDÊNCIA
1	Não ocupar posto de trabalho após período de estabilização	2% por dia de atraso, até o limite de 30 dias	Valor mensal do custo do posto vago	Por ocorrência
2	Não cumprir os prazos fixados	1% por semana de atraso, limitado a 8%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
3	Não apresentar o Plano de Transição, se solicitado	2% por semana de atraso, limitado a 8%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
4	Não efetuar os registros de ocorrência de atendimento	0,5%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
5	Registrar chamados inexistentes	0,5%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
6	Demora, em relação ao atendimento, superior a três dias na abertura de chamados proativos	0,5%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
7	Não apresentar os documentos de qualificação, sempre que solicitados	1%	Valor mensal do posto correspondente	Por documento faltante de cada empregado, limitado a 8%
8	Deixar de apresentar os profissionais devidamente uniformizados	1%	Valor mensal do posto correspondente	Por ocorrência e por colaborador
9	Executar parcialmente serviço demandado por Solicitação de serviço, via sistema SJGO, injustificadamente	0,5%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
10	Deixar de executar integralmente a Solicitação de serviço, via sistema SJGO, injustificadamente	1%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
11	Recusa do profissional em executar atividades contratuais que lhes sejam atribuídas, sem motivo justificado e aceito pela Administração	1%	Valor mensal do contrato	Por serviço e por dia
12	Profissional sem sem crachás	0,6%	Valor mensal do posto	Por empregado e por ocorrência
13	Fornecer informação falsa de serviço	3,2%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
14	Destruir ou danificar documentos, mobiliário ou equipamentos por culpa ou dolo de seus empregados	1,6%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
15	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	0,6%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
16	Retirar da JFGO quaisquer equipamentos ou materiais de consumo e insumos, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável ou da fiscalização	1%	Valor mensal do contrato	Por item e por ocorrência
17	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	0,6%	Valor mensal do posto	Por funcionário e por dia
18	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar e/ou requisição do gestor/fiscal para apresentação de quaisquer documentos inerentes à perfeita fiscalização contratual, inclusive documentação mensal de faturamento	0,8%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência

19	Deixar de substituir empregado ou preposto que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço	3,33%	Valor mensal do posto	Por funcionário e por dia
20	Deixar de cumprir quaisquer regras do edital e seus anexos, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização ou administração	1%	Valor mensal do contrato	Por item e por ocorrência limitado a 8%
21	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato o preposto previsto no contrato	0,6%	Valor mensal do contrato	Por dia limitado a 8%
22	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização sem motivo justificado	0,8%	Valor mensal do posto	Por ocorrência e por empregado limitado a 8%
23	Deixar de efetuar o pagamento ou efetuar o pagamento com atraso aos prestadores terceirizados de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas injustificadamente	3,2%	Valor mensal do posto	Por dia limitado a 8%
24	Deixar de entregar no prazo ajustado, injustificadamente, esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida para faturamento constante do contrato	0,8%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência e por dia limitado a 8%.
25	Desrespeitar cláusulas estabelecidas no Compromisso de Confidencialidade de Informações.	15%	Valor total do contrato	Por ocorrência
26	Não apresentar ou cumprir, anualmente ou sempre que solicitado, toda a legislação Federal e Municipal atualizada, bem como descumprir	1,0%	Valor remanescente do contrato	Por ocorrência

	normas do CNJ, mesmo que venham a ser editadas após a assinatura do contrato, pertinentes às atividades contratadas, bem como o acordo coletivo celebrado no sindicato representativo das categorias contratadas, em trinta dias corridos de sua publicação.			
27	Não cumprimento do Plano de Transição, se solicitado, (inclusive com transferência de conhecimento)	5,0%	Valor remanescente do contrato	Por ocorrência
28	Ausência do Preposto em reuniões previamente agendadas, quando solicitado pelo gestor.	1,0%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência até o limite de 8%
29	Não atendimento, das orientações repassadas pelo gestor sobre o dever de adesão ao combate ao assédio e à discriminação, nos termos das normas vigentes que regem a matéria no âmbito do Judiciário, bem como nos termos das deliberações da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação na Seção Judiciária de Goiás - CPEFAMAS-GO.	1,0%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
30	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	3,2%	Valor mensal do contrato	Por dia e por unidade de atendimento
31	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	3,2%	Valor mensal do posto	Por empregado e por dia
32	Retirar, sem anuência prévia do contratante e sem substituição, empregados da prestação do serviço durante o expediente	1%	Valor mensal do posto ou da Ordem de Serviço	Por empregado e por dia

33	Deixar de apresentar a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o FGTS em relação aos seus empregados	1%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência e por dia
34	Deixar de cumprir qualquer um dos indicadores de forma reincidente por dois meses consecutivos ou três intercalados.	1%	Valor mensal do contrato	Por item e por ocorrência limitado a 8%
35	permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	3,2%	Valor mensal do contrato	Por ocorrência
36	Deixar de fornecer os equipamentos (computadores, monitores, periféricos, headset, e outros que se fizerem necessários), nos quantitativos e configurações estipulados no Termo de Referência anexo	3,33%	Valor mensal do posto que estiver sem os equipamentos	Por posto
37	Deixar de fornecer o kit de ferramentas, nos quantitativos e especificações estipulados no Termo de Referência anexo	0,5%	Valor mensal do posto	Por posto

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 25% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% da parcela inadimplida.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% da parcela inadimplida.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% da parcela inadimplida.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

15.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através do Programa de Trabalho 02061003342570001 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional, Plano Orçamentário 0000 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Despesas Diversas, Natureza da Despesa 3.3.90.37 (Locação de Mão de Obra).

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios

gerais dos contratos.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Goiânia, Seção Judiciária de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Juiz Federal **MARCOS SILVA ROSA**  
Diretor do Foro  
Representante legal da CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Soraya Maria Leal Yoshioka, Supervisor(a) de Seção**, em 13/09/2024, às 17:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Vieira Machado, Diretor(a) de Núcleo em exercício**, em 13/09/2024, às 18:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Dinezi Coelho Guedes Junior, Técnico Judiciário**, em 16/09/2024, às 10:36 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kassio Luis Lopes de Abreu, Técnico Judiciário**, em 16/09/2024, às 12:21 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21317086** e o código CRC **623C3C7A**.

## ANEXO ÚNICO DO CONTRATO XX/2024

### TERMO DE REFERÊNCIA



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS DE TIC – LEI 14.133/2021

Modelo AGU de Termo de Referência Serviços Com Mão de Obra Lei 14.133 atualizado em dezembro/2023

(legenda: itens em **vermelho** foram acrescidos para maiores esclarecimentos, itens em **azul** foram alterados para adequar ao objeto, os itens excluídos não se aplicam ao objeto)

(Processo Administrativo nº 0006444.16.2023.4.01.8007)

Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação - TI, com dedicação exclusiva de mão de obra, com mensuração por indicadores de níveis de serviços, conforme anexo II deste termo, para atendimento remoto e presencial aos usuários de TI da Seção Judiciária do Goiás (Goiânia) e Subseções Judiciárias vinculadas (Anápolis, Formosa, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Rio Verde e Uruaçu), conforme quantidades, especificações técnicas e demais informações constantes neste termo de referência.

**SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - VALORES A VIGORAREM A PARTIR DE**



19/10/2024							
LOTE ÚNICO							
ITEM	PROFISSIONAIS	CBO	LOCALIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Analista Pleno Supervisor	2124-20	Goiânia	1	R\$ 12.835,71	R\$ 12.835,71	R\$ 154.028,56
2	Analista Pleno	2124-20	Goiânia	8	R\$ 9.386,03	R\$ 75.088,22	R\$ 901.058,59
2	Analista Pleno	2124-20	Anápolis	1	R\$ 9.210,99	R\$ 9.210,99	R\$ 110.531,93
3	Analista Pleno	2124-20	Formosa	1	R\$ 9.172,10	R\$ 9.172,10	R\$ 110.065,22
4	Analista Pleno	2124-20	Itumbiara	1	R\$ 9.172,10	R\$ 9.172,10	R\$ 110.065,22
5	Analista Pleno	2124-20	Jataí	1	R\$ 9.277,83	R\$ 9.277,83	R\$ 111.333,98
6	Analista Pleno	2124-20	Luziânia	1	R\$ 9.199,41	R\$ 9.199,41	R\$ 110.392,94
7	Analista Pleno	2124-20	Rio Verde	1	R\$ 9.386,03	R\$ 9.386,03	R\$ 112.632,32
8	Analista Pleno	2124-20	Uruaçu	1	R\$ 9.386,03	R\$ 9.386,03	R\$ 112.632,32
QUANTIDADE TOTAL E VALORES MENSAL E ANUAL TOTAIS				16		R\$ 152.728,43	R\$ 1.832.741,10

VALORES COM ELIMINAÇÃO/ADEQUAÇÃO DOS CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS - A PARTIR DE 20/10/2025 e inclusão do Adicional por tempo de serviço (1% a cada 12 meses - Cláusula Oitava da CCT - só incluir a partir do segundo ano de contrato para colaboradores que estiverem prestando os serviços desde o início da vigência do contrato e, gradativamente 2%, 3%, 4%, 5%, nos anos subsequentes)- A PARTIR DE		
20/10/2025		
LOTE ÚNICO		
VALOR POR POSTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
R\$ 12.571,43	R\$ 12.571,43	R\$ 150.857,18
R\$ 9.198,30	R\$ 73.586,41	R\$ 883.036,95
R\$ 9.027,55	R\$ 9.027,55	R\$ 108.330,56
R\$ 8.988,65	R\$ 8.988,65	R\$ 107.863,84
R\$ 8.988,65	R\$ 8.988,65	R\$ 107.863,84
R\$ 9.092,27	R\$ 9.092,27	R\$ 109.107,22
R\$ 9.015,96	R\$ 9.015,96	R\$ 108.191,57
R\$ 9.198,30	R\$ 9.198,30	R\$ 110.379,62
R\$ 9.198,30	R\$ 9.198,30	R\$ 110.379,62
TOTAL	R\$ 149.667,53	R\$ 1.796.010,39

1.2 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.3 O prazo de vigência inicial da contratação é de **3 (três) anos**, contados de **19/10/2024**, podendo ser prorrogada, a critério da Administração Pública contratante até o limite de 10 (dez) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, sujeito à avaliação a cada um ano.

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção acarreta prejuízos à Administração e aos jurisdicionados, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.3.2 A contratação por posto de trabalho é necessária devido à natureza do suporte prestado, que exige disponibilidade integral. É essencial a alocação permanente de profissionais qualificados e treinados nos sistemas digitais do TRF1, que requerem um período significativo de adaptação. Isso evita a rotatividade de profissionais alocados presencialmente, requerendo uma contratação exclusiva de mão de obra.

As atividades administrativas, judiciárias e dos juízes na JFGO são fortemente dependentes de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – equipamentos, softwares e sistemas de informação – que são cruciais para o bom funcionamento e a melhoria da capacidade de resposta do órgão. Portanto, o suporte adequado e tempestivo ao uso dessas soluções é fundamental para a manutenção da disponibilidade e estabilidade dos serviços de TIC e do funcionamento da Justiça Federal de Goiás.

A qualidade dos serviços prestados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação à Justiça Federal de Goiás, que são em grande parte peculiares à atividade jurisdicional do órgão, depende da dedicação e da baixa rotatividade dos profissionais que apoiam as atividades técnicas desenvolvidas. Essas atividades são de natureza especializada e exigem experiência no judiciário. Assim, é indispensável que os profissionais estejam disponíveis nas dependências da JFGO e suas unidades, sem serem compartilhados com outros contratos, para garantir uma melhor distribuição dos recursos humanos, aumento da qualidade dos serviços prestados e um controle e fiscalização mais assertivos.

#### 1.3.3 Justificativa para Contratação de Analista Nível Superior em Substituição a Técnico Nível Médio

A contratação de um Analista de nível superior, em vez de um Técnico de nível médio, é justificada pela complexidade e importância das tarefas a serem realizadas. O suporte a clientes importantes, como Magistrados, Diretores e Salas de Audiências, exige um alto grau de conhecimento e experiência, que normalmente se adquire por meio de uma formação de nível superior.

Os sistemas informatizados que atendem a esses clientes são complexos e exigem um entendimento profundo não apenas da tecnologia em si, mas também dos processos e procedimentos judiciais que eles suportam. Além disso, os equipamentos de TI necessários para esses sistemas são frequentemente de ponta e requerem um nível de conhecimento técnico que é mais comumente encontrado em profissionais de nível superior.

A contratação de um Analista de nível superior também contribui para a estabilidade e continuidade dos serviços prestados. Profissionais de nível superior tendem a ter uma maior dedicação e menor rotatividade, o que é crucial para manter a qualidade e a consistência do suporte prestado.

A natureza especializada do trabalho realizado na Justiça Federal por possuir sistemas e serviços que são específicos, distintos, peculiares e exclusivos da Justiça Federal, requer profissionais que tenham uma compreensão profunda e experiência no setor judiciário. Isso é mais provável de ser encontrado em profissionais de nível superior, que tiveram a oportunidade de se especializar em suas áreas de estudo.

Na contratação atual, têm surgido reclamações de Magistrados e Diretores sobre a qualificação dos profissionais de atendimento, indicando a necessidade de um suporte mais qualificado. Para garantir uma melhor prestação de serviços, a troca de técnicos por Analistas é justificada, uma vez que estes possuem uma formação acadêmica mais ampla e são mais bem preparados para lidar com as demandas complexas e críticas desses usuários.

Além disso, a alta rotatividade dos técnicos de atendimento, em virtude do baixo salário, tem sido um problema significativo. O baixo salário desmotiva a permanência de profissionais mais qualificados, resultando em dificuldade para atrair profissionais capacitados que possam atender adequadamente às exigências do cargo. Essa rotatividade constante não apenas prejudica a continuidade do suporte, mas também implica em reiterados treinamentos para os novos técnicos contratados, o que consome tempo e recursos. A contratação de Analistas, com uma remuneração mais compatível e alinhada ao nível de qualificação exigido, reduziria consideravelmente essa rotatividade, proporcionando maior estabilidade e eficiência no suporte prestado, além de minimizar a necessidade de treinamentos contínuos. Isso garantiria um serviço de maior qualidade e continuidade, essencial para o bom atendimento das demandas de serviços de TI.

A contratação de Analista de nível superior é, portanto, uma decisão estratégica para reduzir a rotatividade dos profissionais e assegurar a qualidade do serviço, a estabilidade do suporte prestado e a eficiência operacional da Justiça Federal.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.5 O signatário do futuro contrato deverá encaminhar juntamente com sua proposta no sistema, ou para e-mail [secon.go@trf1.jus.br](mailto:secon.go@trf1.jus.br), em até 5 (cinco) dias úteis contados da homologação do certame, documento que lhe confere poderes para tanto (contrato social se proprietário, ou procuração no caso de representante legal).**

1.6 O futuro contrato será assinado na forma eletrônica e a pessoa física (proprietário ou representante legal da empresa) que irá assinar o contrato terá o prazo de **até 5 (cinco) dias, contados da data da adjudicação do Pregão Eletrônico**, para providenciar o cadastro, conforme orientações abaixo:

- acessar o link [SEI Acesso para Usuários Externos](#), clicar "[Clique aqui para se Cadastrar](#)" seguir as orientações e enviar os documentos;
- em seguida, o usuário receberá um e-mail (endereço informado no cadastro) automático do sistema com informações para ativação do referido cadastro. Para tanto, será necessário enviar a documentação completa requerida e na forma solicitada;
- o acesso será liberado no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, sendo de extrema importância o envio de toda a documentação, caso contrário, ao tentar acessar o sistema, aparecerá mensagem de "*Cadastro do usuário pendente*";
- uma vez ativado o acesso ao sistema, o signatário poderá assinar todos os documentos disponibilizados pela Administração, que enviará e-mail informando a liberação e o prazo para assinatura (até 5 dias);
- as dúvidas poderão ser dirimidas pelo e-mail [secon.go@trf1.jus.br](mailto:secon.go@trf1.jus.br)

**1.7 Liberado o contrato, o signatário terá até 5 (cinco) dias corridos para assinatura, ou outro prazo a ser informado no e-mail citado na letra "d" do subitem 1.10 deste termo;**

**1.7.1 Caso o signatário não assine o contrato dentro do prazo estabelecido, será advertido e lhe será concedido novo prazo, se possível, e, em caso de reincidência, poderá ser imputada à empresa multa de 0,5% sobre o valor adjudicado, por dia de atraso na assinatura.**

1.8 A análise da exequibilidade da proposta de preços será realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, de acordo com o Anexo VII-A, 7.6, da Instrução Normativa n. 05/2017 (SEGES);

1.8.1. Nos termos contidos no subitem 9.4. do Anexo VII-A, da Instrução Normativa n. 05/2017 (SEGES), se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

- b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

1.8.2. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

1.8.3. Na análise da exequibilidade do valor final ofertado, será analisada a planilha, de forma a apurar o montante dos custos obrigatórios mínimos a serem suportados pela futura contratada, sem considerar aqueles custos eventuais constantes nos Módulos 3 (Provisão para Rescisão) e 4 (Custo de Reposição do Profissional Ausente, **exceto substituto na cobertura de férias e 1/3 e 13º proporcionais**), conforme exemplos abaixo extraídos dos valores estimados pela Administração:

<b>MÉTODO PARA ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE - O Método serve para balizar a análise da exequibilidade, bem como, para os lances das licitantes. Sempre será dada a oportunidade às empresas interessadas para retificar a planilha, ou ratificar e contestar os cálculos, apresentando a devida Memória de Cálculo para comprovar a exequibilidade de sua proposta/planilha. A PARTIR DE 19/10/2024</b>	
salários	R\$ 58.097,58
mod 2	R\$ 6.455,29
Submódulo 4.1 - Substituto cobertura de férias	R\$ 4.841,47
Submódulo 4.1 - Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	R\$ 1.138,71
uniforme e equipamentos	R\$ 1.760,94
tributos	R\$ 20.444,25
conting	R\$ 17.452,51
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 110.190,74</b>
<b>DIFERENÇA ENTRE O VALOR TOTAL MENSAL DO CONTRATO E AS DESPESAS A SEREM SUPORTADAS PELA EMPRESA - PRIMEIRO ANO DE CONTRATO</b>	<b>R\$ 42.537,68</b>
<b>OBS: OS CUSTOS COM DESPESAS ESTIMADAS CONSTANTES NO MÓDULO 3, MÓDULO 4 (EXCETO SUBSTITUTO NA COBERTURA DE FÉRIAS E PROPORCIONAL 1/3 E 13º) NÃO FORAM CONSIDERADAS, HAJA VISTA SEREM EVENTOS QUE NEM SEMPRE OCORREM TODOS OS MESES</b>	

<b>MÉTODO PARA ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE - O Método serve para balizar a análise da exequibilidade, bem como, para os lances das licitantes. Sempre será dada a oportunidade às empresas interessadas para retificar a planilha, ou ratificar e contestar os cálculos, apresentando a devida Memória de Cálculo para comprovar a exequibilidade de sua proposta/planilha. A PARTIR DE 20/10/2025</b>	
salários	R\$ 58.678,56
mod 2	R\$ 6.519,84
Substituto cobertura de férias (Célula "C90")	R\$ 4.889,88
Submódulo 4.1 - Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	R\$ 1.150,10
uniforme e equipamentos	R\$ 1.760,94

tributos	R\$ 20.035,57
conting	R\$ 17.452,51
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 110.487,39</b>
<b>DIFERENÇA ENTRE O VALOR TOTAL MENSAL DO CONTRATO E AS DESPESAS A SEREM SUPORTADAS PELA EMPRESA - PRIMEIRO ANO DE CONTRATO</b>	<b>R\$ 39.180,14</b>
<b>OBS: OS CUSTOS COM DESPESAS ESTIMADAS CONSTANTES NO MÓDULO 3, MÓDULO 4 (EXCETO SUBSTITUTO NA COBERTURA DE FÉRIAS E PROPORCIONAL 1/3 E 13º) NÃO FORAM CONSIDERADAS, HAJA VISTA SEREM EVENTOS QUE NEM SEMPRE OCORREM TODOS OS MESES</b>	

1.8.4. Os valores acima **não são** os mínimos aceitáveis (salvo os impostos por lei), **mas apenas** parâmetros para as licitantes formularem seus lances, bem como para a Administração analisar a exequibilidade da propostas;

1.8.4.1. Sempre será dada oportunidade à licitante para **contestar** os cálculos efetuados pela área técnica quando da análise de sua planilha, **retificá-la sem majoração do lance final**, ou **ratificar** sua planilha, **demonstrando, analiticamente, mediante memória de cálculo** e por meio de justificativas, a exequibilidade do preço ofertado.

1.9. A Administração alerta às licitantes sobre a necessidade de, ao ofertarem seus lances, observarem as regras referentes à exclusão/adequação dos custos não renováveis a partir do segundo ano de contrato, constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços, no item específico deste termo e na minuta de contrato.

## 1.10. DEFINIÇÃO DO SALÁRIO E BENEFÍCIOS

1.10.1. Considerando perfil técnico necessário dos profissionais que serão alocados na execução das atribuições de suporte de TIC, conforme Anexo III deste termo, a Administração fixou os valores mínimos da remuneração e do auxílio alimentação dos profissionais que deverão ser contratados para execução dos serviços, da seguinte formas:

**a) Analista Pleno Supervisor:** o piso salarial foi estabelecido em pesquisa em outros órgãos da Administração Pública Federal. A excepcionalidade da definição de salário de Analista acima da CCT paradigma (GO000332/2024), justifica-se pelas atividades de supervisão elencadas no Anexo III - Qualificação dos Profissionais, bem como por atividades de Suporte Técnico. Soma-se a isso, a necessidade de profissional mais qualificado, a fim de garantir maior qualidade aos serviços prestados e mitigar o risco de rotatividade e de escassez de mão de obra disponível devido à baixa oferta salarial.

A categoria Supervisor de Suporte Técnico de Tecnologia da Informação da JFGO tem fundamental importância na supervisão dos serviços prestados pelos demais colaboradores. Essa função não tem previsão expressa na CCT paradigma (GO000332/2024), tampouco em outra convenção territorialmente compatível.

A atuação do Supervisor da CSTI na utilização de softwares, desenvolvidos pela Justiça Federal, vai além da simples concessão de acesso. Necessitando de conhecimentos técnicos e habilidades de comunicação para prestar orientações de utilização, além de ser capaz de investigar em caso de incidentes que envolvam o ambiente computacional do usuário com a correta documentação das observações realizadas para um eventual escalonamento para uma equipe técnica de 3º nível. Existe ainda a necessidade de compreensão e aderência a processos específicos do gerenciamento de serviços de TI, como gerenciamento de incidentes, cumprimento de requisições, gestão de base de conhecimento e gerenciamento de níveis de serviço, entre outros.

1.10.1.1 A mensuração do piso mínimo se deu da seguinte forma:

CARGO	Supervisor N2 TRF1 - 0076345- 63.2021.4.01.8000 (16406334)	Supervisor N2 SJBA - 0015298- 18.2017.4.01.8004 (6326484)	Supervisor de Service Desk STJ - 16593/2022 (20889767)	MÉDIA SALARIAL
Supervisor da CSTI - Analista de Suporte aos Usuários TI	4.367,92	4.742,03	5.844,53	4.984,83

A estipulação desse salário acima da CCT paradigma (GO000332/2024) com a metodologia aplicada encontra respaldo no Acórdão nº 1.097/2019, do Plenário, onde relator apontou que a jurisprudência daquela Corte de Contas “admite, em casos excepcionais, a fixação de salários acima do piso da categoria na contratação de serviços”, porém condiciona tal ação aos seguintes requisitos:

- (i) “estudos e pesquisas de mercado que considerem objetivamente a complexidade das atividades e as aptidões necessárias para seus exercícios”; e
- (ii) “a realização de pesquisas de preços, demonstrando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar, abstendo-se de tomar como referência apenas os preços praticados em contratos anteriores da própria Agência”. Ainda, segundo o Acórdão nº 2.758/2018, do Plenário, “é preciso consignar, com clareza, as atividades que seriam, efetivamente, mais complexas do que aquelas comumente oferecidas pelo mercado, a fim de justificar a elevação dos salários paradigma para a contratação”. (Grifamos.) (TCU, Acórdão nº 2.101/2020, do Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes, j. em 12.08.2020.).

**b) Analista Pleno:** foi estipulado o piso salarial mínimo previsto na Convenção Coletiva de Trabalho de registro no MTE n. GO000332/2024, que dispõe sobre condições de trabalho para TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE EMPRESAS PRIVADAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E PROFISSIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, com abrangência territorial em GOIÁS.

Os profissionais a serem contratados, além das habilidades técnicas padrões, devem ser capazes de operar e sustentar serviços específicos da SJGO e do Tribunal, muitas vezes profundamente ligados a área fim e com regras de negocio especificas da prestação jurisdicional.

A natureza das tarefas a serem desempenhadas na contratação é similar ao descrito na CCT, mas a complexidade das atividades no âmbito da Justiça Federal é maior devido às especificidades técnicas e negociais dos softwares a serem suportados e as nossas características organizacionais.

Recente Acórdão nº 1.207/2024 – Plenário, o TCU assim se manifestou:

"9.2.2 não obstante, em tais licitações, é lícito ao edital prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto;"

1.10.2. Considerando as ponderações supra, aliadas às especificidades das atribuições e experiência exigidas, os pisos e benefício mínimos a serem considerados nas propostas das licitantes deverão ser os seguintes:

POSTO	PISO SALARIAL MÍNIMO	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (VALOR LIQUIDO - JÁ COM DESCONTO PREVISTO NA CCT)
Analista Pleno Supervisor	4.984,83	610,43
Analista Pleno	3.540,85	610,43

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e demais anexos, apêndices deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Observar as regras estabelecidas nas normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região (Resolução TRF1/Presi 4/2016), em especial o disposto no art. 3º da referida resolução e o art. 17 da Resolução TRF1/Presi 201/2015; a [Resolução CNJ n. 550/2024](#) que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário; e o Decreto Federal nº 7.746/2012, a Resolução Presi 10/2021, que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região, o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.
- b) Para execução dos serviços, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade dispostas no Art. 6º da Instrução Normativa 01 de 19 de janeiro de 2010 da SLTI/MPOG.
- c) Realizar para seus Técnicos um programa interno de treinamento, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

Subcontratação

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.
- 4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.7. A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas.
- 4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.



4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9.1 O agendamento para a vistoria deverá ser realizado por meio do e-mail [sisis.go@trfl.jus.br](mailto:sisis.go@trfl.jus.br), ou na Rua 19, 244, Centro, Goiânia - GO, Telefone: (62) 32261683 / 1653 - Seção de Sistemas e Suporte Técnico de TI - SESIS/NUTEC.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

4.12. A qualificação mínimo técnico-profissional dos colaboradores exigida é:

##### **a) Analista de Tecnologia da Informação Pleno – Supervisor da CSTI-GO**

4.12.1 Possuir graduação na área de TI (nível superior).

4.12.2 Possuir experiência mínima de 02 (dois) anos em atividade de supervisão de serviços de atendimento a, no mínimo, 300 (trezentos) usuários corporativos de TI, em qualquer formato de atuação com, no mínimo, 5 (cinco) profissionais subordinados.

4.12.3 Ter conhecimento de redes de computadores, com e sem fio, bem como do protocolo TCP/IP.

4.12.4 Ter conhecimento em operação de microcomputadores, com utilização de softwares de automação de escritório.

4.12.5 Possuir certificação de treinamento de, no mínimo, 20 (vinte) horas no Microsoft Windows 10 ou superior.

4.12.6 Certificação ITIL Foundation, versão 4 ou mais atual.

4.12.6.1 As certificações e treinamentos exigidos nos itens 8.32.5 e 8.32.6, poderão ser apresentadas até 90 (noventa) dias após a contratação.

##### **b) Analista de Tecnologia da Informação Pleno - Atendimento aos usuários.**

4.12.7 Possuir graduação na área de TI (nível superior).

4.12.8. Possuir experiência mínima de 2 (anos) anos de atuação em atividade de atendimento a usuários corporativos de TI, em qualquer formato de atuação.

4.12.9 Possuir certificação de treinamento de, no mínimo, 20 (vinte) horas no Microsoft Windows 10 ou superior.

4.12.10 Ter conhecimento em operação de microcomputadores, com utilização de softwares de automação de escritório.

4.12.11 Ter conhecimento de redes de computadores, com e sem fio, bem como do protocolo TCP/IP.

4.12.12 Ter treinamento em ITIL, versão 4 ou mais atual.

4.12.13 Certificado de curso da língua portuguesa, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.

4.12.14 As certificações e treinamentos exigidos nos itens 8.32.9, 8.32.10, 8.32.11, 8.32.12 poderão ser apresentadas até 90 (noventa) dias após a contratação.

##### **c) Comprovação de Experiência**

4.12.15 Os requisitos referentes à qualificação mínima dos profissionais da CONTRATADA designados para prestar os serviços devem ser comprovados por meio de documentação oficial, como diploma, certificado, certidão, registro em carteira de trabalho, contrato de trabalho, etc.

4.12.16 Para a comprovação das experiências profissionais exigidas:

4.12.16.1 No caso de experiência profissional no setor privado, a CONTRATADA deverá apresentar carteira de trabalho, parte referente à identificação pessoal e do contrato de trabalho.

4.12.16.2 No caso de experiência profissional como prestador de serviço, a CONTRATADA deverá apresentar contrato de prestação de serviços.

4.12.16.3 No caso de experiência profissional no serviço público, a CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Tempo de Serviço.

4.12.16.4 A CONTRATADA deverá anexar declaração do empregador contendo cargo, função exercida e período no qual exerceu a função, quando essas informações não constarem dos documentos apresentados.

4.12.16.5 As atividades devem se referir estritamente aos serviços dispostos neste termo.

4.12.16.6 Os períodos poderão ser somados, desde que não sejam sobrepostos e não correspondam a período inferior a 01 (um) ano no mesmo empregador.

4.12.16.7 Atividades anteriores à conclusão do curso de graduação somente serão consideradas para comprovação de experiência profissional se desenvolvidas com vínculo empregatício, excluindo monitorias, estágios, bolsas de iniciação científica.

4.12.17 Será considerada para comprovação da escolaridade exigida cópia do diploma, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.

4.12.18 As certificações oficiais exigidas deverão estar válidas enquanto os profissionais estiverem designados para prestação dos serviços.

4.12.19 Estágios supervisionados durante o período de graduação poderão ser considerados no cômputo da experiência mínima exigida.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: **19/10/2024**.

5.1.2. Caso a Administração entenda cabível, será feita transição contratual, ocasião em que a futura contratada será avisada com, no mínimo, 15 dias de antecedência, a contar do início da vigência do futuro contrato.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

Item	Categorias	Local da Prestação dos Serviços (Cidade)	Total de Postos	Endereço
1	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno (Supervisor da CSTI)	Goiânia/GO Edifício Sede	1	Edifício-Sede da Justiça Federal: Rua 19, nº. 244, Centro, <b>Goiânia-GO</b> - CEP 74.030-090
2	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno	Goiânia/GO Edifício Sede	6	Edifício-Sede da Justiça Federal: Rua 19, nº. 244, Centro, <b>Goiânia-GO</b> - CEP 74.030-090
3	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno	Goiânia/GO Edifício Gama Dias	2	Avenida República do Líbano, quadra D1, lote 21/30, s/n, Setor Oeste, <b>Goiânia-GO</b> - CEP 74.115-130
4	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno	Subseção de Anápolis	1	Av. Universitária, quadra 02, lote 05, n. 820, Jardim Bandeirante, <b>Anápolis-GO</b> , CEP 75083-035
5	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno	Subseção de Formosa	1	Rua Itiquira esquina com Rua Lindolfo Gonçalves, nº1000, Setor Nordeste, <b>Formosa-GO</b> , CEP 73.807-145
6	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno	Subseção de Itumbiara	1	Av. João Paulo II, nº 185, Bairro Ernestina Borges de Andrade, <b>Itumbiara-GO</b> - CEP: 75528-370 (Térreo do Edifício do Fórum)
7	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno	Subseção de Jataí	1	Rua Nicolau Zaidem nº 1135, quadra 45, Vila Fátima, Centro, <b>Jataí-GO</b> , CEP 75.803-055
8	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno	Subseção de Luziânia	1	Rua Dr. João Teixeira, quadra 73, lote 21- A nº596, Edifício Iaci Amaral, Centro, <b>Luziânia-GO</b> , CEP 72800-440
9	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno	Subseção de Rio Verde	1	Av. José Walter com Rua Maria Silva, quadra 49, lote 10/11, Setor Morada do Sol, Rio Verde/GO
10	Analista de Tecnologia da Informação - Pleno	Subseção de Uruaçu	1	Avenida Tocantins, Nº 17, quadra 07, lote 16, <b>Uruaçu-GO</b> , CEP 76.400-000

5.3.A carga horária semanal será de 44 (quarenta e quatro) horas, sendo 08 (oito) horas e 48 min diárias, de segunda a sexta-feira, não computado nesse período o intervalo de 60 minutos para refeição e descanso, cabendo à contratada o controle mensal do banco de horas dos funcionários, para garantir, não só a perfeita prestação de serviço à contratante, como para resguardar os limites de jornada do colaborador.

5.3.1. Deverá ser firmado acordo individual com o empregado, em obediência ao disposto no art. 59, §6º, da CLT e na Súmula nº 85 do TST, caso a convenção coletiva à qual a contratada esteja vinculada não preveja regra de estabelecimento de jornada equivalente à requerida pela Administração;

5.4 A carga horária, quando não cumprida semanalmente e por conta dos feriados (segunda-feira de Carnaval, quarta e quinta-feira da Semana Santa, 11/agosto, 28/outubro, 01/novembro, 08/dezembro) e recesso regimental da instituição (20/dezembro a 06/janeiro), ficarão como crédito para a Administração, para uso destas em posteriores necessidades, cabendo à contratada o controle mensal dos créditos/débitos.

5.5 Não será permitida a realização de hora extra, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, mediante disponibilidade orçamentária da contratante, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista, e desde que não seja possível a compensação.

**5.6 Considerando que os salários e benefícios devidos aos colaboradores serão todos repassados à futura contratada pela JFGO; considerando a responsabilidade solidária a que a Administração está submetida (artigo 121, §2º, da Lei n. 14.133/2021); considerando a disposição contida no inciso XVI do artigo 6º da Lei 14.133/2021, os colaboradores que irão prestar os serviços deverão ficar à disposição nas dependências do contratante nos dias e horários preestabelecidos e não poderão ser destinados para outra contratação simultânea, mesmo não havendo expediente nas localidades onde os serviços serão prestados.**

5.7 Quando necessário, haverá deslocamento dos colaboradores, dentro do período da jornada estabelecida neste termo, da seguinte forma:

5.7.1 Colaboradores alocados no Edifício Sede poderão prestar atendimento in loco no edifício Gama Dias (Juizados Especiais Federais da SJGO), Galpão da SJGO e aos Magistrados em suas residências;

5.7.2 Colaboradores alocados no Edifício Gama Dias (Juizados Especiais Federais da SJGO) poderão prestar atendimento in loco no edifício Sede, Galpão da SJGO e aos Magistrados em suas residências;

5.7.3 Colaboradores alocados nas Subseções Judiciárias poderão prestar atendimento in loco aos Magistrados em suas residências nas respectivas localidades;

5.7.4 Quando realizados os referidos deslocamentos, os colaboradores não farão jus a qualquer pagamento de qualquer valor acima do já previsto na Planilha de Custos já que, para tanto, serão utilizados carro oficial da SJGO.

#### Equipamentos a serem disponibilizados

5.8. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT
1	Alicate decapador de cabo UTP	16
2	Alicate crimpador de conector RJ45	16
3	Alicate de corte 6"	16
4	Kit Localizador e testador de cabo de rede RJ45	16
5	conjunto de Chaves Fenda e Philips, com, no mínimo, seis peças	16
6	Multímetro digital Cat II, ou superior	16
7	Pendrive 64 Gb ou superior	16
8	HD externo 500 GB ou superior	16
9	Headset para aparelho telefônico	16
10	Headset para computador	16
11	Bolsa para carregar as ferramentas	16

5.8.1. Todos os insumos deverão ser novos, de primeiro uso;

5.8.2. Os utensílios, em sua totalidade (16 unidades de cada item), deverão ser entregues no início da vigência do contrato e, substituídos, após cinco anos de vigência contratual;

5.8.2.1. Após cinco anos de contrato, quando a contratada for substituir os utensílios entregues no início da execução dos serviços, será aplicado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, acumulado nos últimos cinco anos, contados da data da proposta, para atualizar os valores inicialmente ofertados;

5.8.3. Tendo em vista a metodologia para apurar o valor estimado dos equipamentos (depreciação), esses insumos **não poderão ser objeto de repactuação durante toda vigência do contrato;**

**5.8.4. A licitante deverá seguir a metodologia contida na planilha de custos para mensurar o valor proposto do insumo, para evitar valores superiores ao estimado pela Administração, bem como para conferir isonomia entre as licitantes;**

5.8.5. Os utensílios deverão ser substituídos por novos e de primeiro uso, sem ônus para o Justiça Federal de Primeiro Grau em Goiás, sempre que necessário, por ocorrências que impossibilite sua perfeita utilização, bem como por extravio, ou perda, ficando a CONTRATADA responsável pela guarda dos mesmos;

5.8.6. A metodologia e fórmulas para apuração do valor estimado dos utensílios estão detalhadas na Planilha de Custos e Formação de Preços.

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.9. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.9.1. Será exigida apresentação de garantia, conforme disposições na minuta de contrato;

5.9.2. Serão contingenciadas verbas das faturas mensais, consoante previsto neste termo;

5.9.3. Serão exigidas qualificação técnica e econômica-financeira, nos termos estabelecidos neste termo e no Edital e seus anexos;

5.9.4. A partir do segundo ano de contrato, **haverá eliminação total ou parcial dos eventos tidos como custos não renováveis**, conforme descrito em item específico deste instrumento.

## Uniformes

5.10. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.10.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

ITEM	UNIFORME MASCULINO - ANALISTA PLENO	QUANTIDADE ANUAL	FORMA DE FORNECIMENTO
01	calça jeans na cor azul escuro.	06 unidades	03 unidades por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
02	camiseta gola polo, em cor clara, contendo o logomarca da empresa.	08 unidades	04 unidades por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
03	sapatenis tipo couro, solado baixo e discreto, em material com aspecto emborrachado semelhante a tênis, na cor preta.	02 pares	01 par por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
04	Crachá de identificação (com foto, 100% em PVC; película de PVC transparente fundida sobre o crachá: nome completo, empresa prestadora, posto e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário).	01 unidade	01 unidade por ano, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.

ITEM	UNIFORME FEMININO - ANALISTA PLENO	QUANTIDADE ANUAL	FORMA DE FORNECIMENTO
01	calça jeans na cor azul escuro.	06 unidades	03 unidades por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
02	camiseta gola polo, em cor clara, contendo o logomarca da empresa.	08 unidades	04 unidades por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
03	sapatenis tipo couro, solado baixo e discreto, em material com aspecto emborrachado semelhante a tênis, na cor preta.	02 pares	01 par por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
04	Crachá de identificação (com foto, 100% em PVC; película de PVC transparente fundida sobre o crachá: nome completo, empresa prestadora, posto e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário).	01 unidade	01 unidade por ano, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.

ITEM	UNIFORME MASCULINO - ANALISTA PLENO SUPERVISOR	QUANTIDADE ANUAL	FORMA DE FORNECIMENTO
01	calça modelo social, em tecido oxford ou microfibra, cor azul escuro.	06 unidades	03 unidades por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
02	camisa manga longa, com bolso na frente, em tecido de algodão, em cor clara, contendo o logomarca da empresa.	08 unidades	04 unidades por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
03	blazer em tecido oxford ou microfibra, em cor azul escuro.	01 unidades	01 unidade por ano, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
04	sapato de couro, confortável, cor preta, em modelo discreto.	02 pares	01 par por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
05	Cinto social em couro na cor preta.	01 unidade	01 unidade por ano, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
06	Crachá de identificação (com foto, 100% em PVC; película de PVC transparente fundida sobre o crachá: nome completo, empresa prestadora, posto e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário).	01 unidade	01 unidade por ano, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.

ITEM	UNIFORME FEMININO - ANALISTA PLENO SUPERVISOR	QUANTIDADE ANUAL	FORMA DE FORNECIMENTO
01	calça modelo social, em tecido oxford ou microfibra, cor azul escuro.	06 unidades	03 unidades por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
02	camisa manga longa, com bolso na frente, em tecido de algodão, em cor clara, contendo o logomarca da empresa.	08 unidades	04 unidades por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
03	blazer em tecido oxford ou microfibra, em cor azul escuro.	01 unidades	01 unidade por ano, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
04	sapato de couro, confortável, cor preta, em modelo discreto.	02 pares	01 par por semestre, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
05	Cinto social em couro na cor preta.	01 unidade	01 unidade por ano, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.
06	Crachá de identificação (com foto, 100% em PVC; película de PVC transparente fundida sobre o crachá: nome completo, empresa prestadora, posto e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário).	01 unidade	01 unidade por ano, sendo o primeiro fornecimento no início do contrato.

5.10.2. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído de acordo com a previsão contida nas tabelas acima, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.10.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos descritos nas tabelas acima.

5.10.4 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.10.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.11. A transição contratual, entendida como o processo de transmissão dos conhecimentos e competências necessárias para prover a continuidade dos serviços executados, terá início, no mínimo, **45 (quarenta e cinco) dias** antes do prazo previsto para o término da vigência do contrato.

5.12. O Plano de Transição Contratual traduz a estratégia empresarial da Contratada e deve registrar e detalhar o método de trabalho adotado na execução dos serviços desenvolvidos.

5.13. Caso ocorra nova licitação pelo Contratante, com mudança de fornecedor dos serviços, a Contratada deverá repassar para o novo fornecedor, por intermédio de eventos formais e documentação, as informações necessárias à continuidade da prestação dos serviços.

5.14. A Contratada deverá entregar ao Contratante o Plano de Transição Contratual detalhado, com todas as atividades e projetos necessários para esta fase, em até **60 (sessenta) dias** antes do prazo previsto para a extinção do contrato ou a qualquer tempo por solicitação do Contratante.

5.15. Todo recurso e esforço necessários para a transição contratual será de responsabilidade da Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

#### **Substituição do Profissional Ausente**

5.16. A CONTRATADA deverá manter o quantitativo de pessoal estabelecido neste termo;

5.16.1. Em caso de ausências (tais como: faltas, férias ou licenças de técnicos, e/ou outros), a CONTRATADA deve disponibilizar no primeiro dia útil subsequente igual número de técnicos em **substituição** para os respectivos postos de trabalhos vagos, com os mesmos requisitos mínimos e obrigatórios de capacitação técnica e jornada de trabalho diária.

5.16.1.1. No caso de férias do titular do posto de trabalho sem substituição, o faturamento do respectivo mês será realizado com desconto proporcional, conforme Planilha Modelo de Detalhamento do Custo Anual do Profissional Substituto do Titular em Férias;

5.16.1.2. O desconto deverá ser realizado preferencialmente antes do faturamento dos serviços, no mês seguinte à substituição não realizada, a fim de se evitar glosas das notas fiscais e retenção de tributos sobre base de cálculo majorada.

5.16.1.3. Caberá à unidade gestora verificar se o desconto foi realizado adequadamente, inclusive no caso de férias proporcionais.

5.16.1.4. Planilha Modelo de Detalhamento do Custo Anual do Profissional Substituto do Titular em Férias não deve ser utilizada para se efetuar glosas oriundas de outros fatos geradores.

5.16.2. A CONTRATADA deverá apresentar, semestralmente e sempre que solicitada, a escala de férias dos profissionais alocados nos postos de trabalho objeto deste termo sem prejuízos à qualidade e continuidade dos serviços.

5.16.2.1 É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado, conforme artigo 134, a 3º da CLT.

#### **Substituição do Profissional por Solicitação da Administração**

5.17. A CONTRATADA deverá substituir o colaborador, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sem que haja interrupção dos serviços, sempre que a CONTRATANTE, justificadamente, reportar condutas ou comportamento considerado inadequado pelo CONTRATANTE, haja vista que esses profissionais terão acesso a várias informações sigilosas da JFGO.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Durante a vigência do contrato, haverá Reuniões de Acompanhamento Mensais, realizadas entre o Fiscal Técnico do contrato e o Analista Supervisor (representará a CONTRATADA);

6.6.1. As reuniões serão realizadas até o quinto dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços;

6.6.2. Nas reuniões serão realizadas a avaliação dos serviços prestados e o atendimento dos níveis de serviço – SLA, bem como serão apuradas as ocorrências passíveis de glosa por falta ou atraso no atendimento imediato e presencial de solicitações de TI priorizadas pela CONTRATANTE;

6.6.3. Para avaliação dos serviços e apuração das ocorrências, serão analisados os índices obtidos no SISTEMA DE SOLICITAÇÃO E DE SERVIÇOS DE TI DA JFGO, os quais serão registrados no RELATÓRIO MENSAL DOS SERVIÇOS EXECUTADOS (RMSE), conforme modelo constante no **Anexo XIII deste termo**, o qual será assinado pelo Gestor e Representante da Contratada, para a aplicação de eventuais glosas de acordo com o indicador de nível de serviço constante no **Anexo II deste Termo**.



## Preposto

6.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratada deverá manter preposto da empresa.

6.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.10. Compete ao Preposto responder por questões administrativas inerentes aos serviços contratados e com autonomia para executar as ações necessárias ao adequado cumprimento deste termo e deverá ter as seguintes competências.

- a. possuir capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos a ele inerentes junto ao CONTRATANTE.
- b. prezar pelo acompanhamento dos prazos contratuais e mecanismos formais de comunicação informados neste Termo.
- c. não assumir outras atribuições não inerentes às de preposto;
- d. estar disponível em horário comercial para o CONTRATANTE, não existindo requisito de presencialidade em suas instalações, porém deverá comparecer quando requisitado.
- e. não se dedicar à atividade de supervisão;
- f. não ser responsável pela execução de quaisquer atividades técnicas operacionais;
- f. não atribuir ao Analista Pleno quaisquer atividades inerentes ao Analista Pleno Supervisor.

## 6.11. Colaboradores

6.11.1 Todos os profissionais da CONTRATADA designados para prestar os serviços deverão possuir, além dos requisitos mínimos específicos a cada perfil, também as seguintes habilidades e competências:

- 6.11.1.1 Bom relacionamento interpessoal.
- 6.11.1.2 Vontade e facilidade de aprendizado e de disseminação de conhecimento.
- 6.11.1.3 Capacidade de agir com calma, tolerância e profissionalismo frente a situações que fujam dos procedimentos e rotinas normais de trabalho, inerente à área de atendimento a usuários de TI.
- 6.11.1.4 Capacidade de expressar-se corretamente, com clareza e objetividade, tanto na linguagem escrita quanto na falada.
- 6.11.1.5 Capacidade de organização e espírito de equipe.
- 6.11.1.6 Criatividade e iniciativa.
- 6.11.1.7 Facilidade para se adaptar às normas e aos regulamentos estabelecidos, assim como às mudanças.
- 6.11.1.8 Dinamismo, firmeza e paciência para atuar com atendimento a usuários de serviços de TI.
- 6.11.1.9 Comprometimento com a missão e diretrizes inerentes à área de atendimento a usuários de serviços de TI.
- 6.11.1.10 Pleno domínio técnico da sua área de atuação.

## Rotinas de Fiscalização

6.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

## Fiscalização Técnica

6.13. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da [IN SGD nº 94, de 2022](#), acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.14. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.15. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.19. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar, mensalmente, através dos **Indicadores de Níveis de Serviço** anexo a aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.19.1 Para a aferição prevista no subitem 6.19, serão realizadas Reuniões de Acompanhamento Mensais, conforme disposto no Subitem 6.6 deste termo;

6.20. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.21. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao Analista Supervisor da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.22. O Analista Supervisor e o Fiscais do contrato assinarão os relatórios gerados a cada reunião mensal, tomando ciência da avaliação realizada.

6.23. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.25. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.26. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.27. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.28. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.28.1 Observar se os colaboradores estão cumprindo a jornada estabelecida;

6.28.2 Verificar se os colaboradores estão uniformizados e identificados por crachá;

6.28.3 Apurar se as metas estabelecidas foram atingidas, nos termos dos **Indicadores de Níveis de Serviço**;

6.29. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.30. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.31. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto obtidos nas reuniões e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (Vide Subitem 6.6 deste termo).

### **Fiscalização Administrativa**

6.32. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022](#), verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.33. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35.2 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.35.3 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.35.4 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.35.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.35.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.35.7 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.35.8 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.35.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.35.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.35.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

6.35.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.35.13 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.35.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.35.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.35.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.35.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.35.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.35.19 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.35.20 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.35.21 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.35.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

## **Gestor do Contrato**

6.36. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022](#), coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.37. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.38. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.39. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.40. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.41. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.42. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os **Indicadores de Níveis de Serviço**, conforme previsto no Anexo II deste termo;

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos termos dispostos nos **Indicadores de Níveis de Serviço** anexo, após os procedimentos previstos no subitem 6.6 deste termo;

7.3. A utilização dos **Indicadores de Níveis de Serviço** não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 Se os serviços foram prestados integralmente;

7.4.2 Se há glosas a serem efetuadas a cada fatura;

7.4.3 Se há multas a serem executadas.

## **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)). no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento do RELATÓRIO MENSAL DOS SERVIÇOS EXECUTADOS (RMSE) previsto no subitem 6.6 deste termo, devidamente assinado.

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 o prazo de validade;

7.23.2 a data da emissão;

7.23.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5 o valor a pagar; e

7.23.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

3.38. Ficam vedadas as cessões de crédito *não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*;

7.39. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.40. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.41. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### **Conta Depósito Vinculada**



7.42. Nos termos da Resolução n. 169/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o CONTRATANTE reterá da CONTRATADA, em conta-depósito vinculada, os custos relativos às provisões de encargos trabalhistas, cujo percentual será apurado por ocasião da assinatura do contrato, conforme planilha abaixo:

**PERCENTUAIS DE RETENÇÃO EM CONTA DEPÓSITO VINCULADA**

Percentuais calculados considerando a variação do RAT ajustado de 0% (isenção) até 6% (máximo)									
Item	Descrição	Outros regimes de tributação		Optantes do SIMPLES		Optantes da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB)		Entidades sem fins lucrativos	
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
<b>A</b>	Submódulo 2.2 previsto no Anexo VII-D da IN SEGES n. 05/2017 (encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições)	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%	8,50%	19,80%	8,00%	40,80%
<b>A.1</b>	$GILLRAT = RAT \text{ ajustado} = SAT = RAT \times FAP$	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%	0,00%	6,00%
<b>A.2</b>	FGTS, terceiras entidades e demais contribuições	33,80%	33,80%	28,00%	28,00%	8,00%	13,80%	8,00%	34,80%
<b>B</b>	13º salário	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
<b>C</b>	Férias	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
<b>D</b>	1/3 constitucional de férias	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%
<b>E</b>	<b>Subtotal (E = B + C + D)</b>	<b>19,44%</b>	<b>19,44%</b>	<b>19,44%</b>	<b>19,44%</b>	<b>19,44%</b>	<b>19,44%</b>	<b>19,44%</b>	<b>19,44%</b>
<b>F</b>	Incidência do Submódulo 2.2 do Anexo VII-D da IN SEGES n. 05/2017 sobre férias, 1/3 e 13º salário ( $F = E \times A$ )	6,67%	7,74%	5,54%	6,61%	1,65%	3,85%	1,56%	7,93%
<b>G</b>	Multa do FGTS no caso de rescisão sem justa causa	3,44%	3,44%	3,44%	3,44%	3,44%	3,44%	3,44%	3,44%
<b>H</b>	<b>Total a contingenciar (H = E + F + G)</b>	<b>29,55%</b>	<b>30,62%</b>	<b>28,42%</b>	<b>29,49%</b>	<b>24,53%</b>	<b>25,60%</b>	<b>24,44%</b>	<b>30,81%</b>
<b>Nota 1:</b> O cálculo do item A para optantes do SIMPLES não considera a CPRB.									
<b>Nota 2:</b> O cálculo do item A para optante da CRPB considera o mínimo com os encargos do SIMPLES.									
<b>Nota 3:</b> Para o estabelecer o grau mínimo, o cálculo do item A para entidade sem fins lucrativos considera todas as imunidades e isenções aplicáveis para as instituições com certificado de entidade beneficente de assistência social - CEBAS. No grau máximo, desconsidera todas as imunidades por falta de certificação.									

7.43. O detalhamento das regras e condições acerca da conta depósito vinculada e do provisionamento de valores das faturas mensais constam neste termo;

7.44. A CONTRATADA deverá, no prazo de vinte dias, a contar da notificação contados da assinatura do contrato, providenciar a abertura da conta-depósito vinculada a este contrato em instituição bancária para depósito dos valores destacados do valor mensal do contrato que ficarão bloqueados e só poderão ser movimentados mediante autorização do CONTRATANTE e exclusivamente para o pagamento das obrigações descritas a seguir.

7.45. As provisões realizadas para o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, férias, terço constitucional, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, terço constitucional e 13º (décimo terceiro) salário, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas na conta-depósito vinculada de que trata este capítulo.

7.45.1. Os valores das provisões a serem retidos e bloqueados para o pagamento das obrigações acima, serão aqueles decorrentes dos limites percentuais constantes da Planilha de Detalhamento das Retenções em Conta-Depósito Vinculada.

7.45.2. Os valores dos encargos trabalhistas de que trata este capítulo deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

7.46. Os valores provisionados na forma do item anterior somente serão liberados para o pagamento das respectivas verbas nas seguintes condições:

- parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;
- ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

7.46.1. Os valores provisionados somente serão liberados após análise e autorização da Administração;

7.46.2. O CONTRATANTE autorizará o resgate dos valores relativos às verbas trabalhistas provisionadas, desde que a CONTRATADA comprove ser referente a empregado alocado na prestação dos serviços nas dependências do CONTRATANTE e apresente os documentos elencados abaixo:

1- **no caso de férias** (todos os documentos elencados abaixo se referem à competência das férias):

- planilha que contenha as seguintes informações: nome do prestador terceirizado, data de admissão na empresa, data de disponibilização à JFGO na condição de "titular" e período aquisitivo e concessivo de férias;
- aviso prévio de férias;

- c) folha de pagamento ou folha fiscal referente ao mês de competência das férias;
- d) recibo de férias e/ou comprovante de pagamento - depósito bancário;
- e) relatório RE - Relação de Trabalhadores:
  - e.1) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip;
  - e.2) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip - resumo do fechamento - empresa - FGTS;
- f) relatório GRF:
  - f.1) guia de recolhimento do FGTS - GRF;
  - f.2) comprovante de pagamento da GRF;
- g) relatório comprovante de declaração à previdência:
  - g.1) comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e outras entidades e fundos por FPAS;
- h) relatório GPS:
  - h.1) guia da Previsão Social - GPS;
  - h.2) comprovante de pagamento da GPS;
- i) protocolo de envio de arquivos conectividade social.
- j) no caso entidades obrigadas ao eSocial, os documentos relacionados nas alíneas "g" e "h" serão substituídos por relatórios eSocial e DCTFweb:
  - j.1) Declaração Completa gerada pelo DCTFweb, na Categoria Geral, em situação Ativa (Original ou Retificadora);
  - j.2) Recibo de Entrega da DCTFWeb;
  - j.3) DARF gerado pela DCTFweb com detalhamento dos pagamentos previdenciários;
  - j.4) Comprovante de pagamento do DARF gerado pelo DCTFweb;
  - j.5) Caso necessário para esclarecimento dos valores individuais, cópia dos eventos S-5001 - Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador, S-5002 - Imposto de Renda Retido na Fonte, S-5003 - Informações do FGTS por Trabalhador, S-5011 - Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte, S-5012 - Informações do IRRF consolidadas por contribuinte, S-5013 - Informações do FGTS consolidadas por contribuinte;

## II. - no caso de 13º salário:

- a) planilha que contenha as seguintes informações: nome do prestador terceirizado, data de admissão na empresa e data de disponibilização à JFGO na condição de "titular", no ano de referência da gratificação natalina; b) folha fiscal ou de pagamento referente ao 13º salário;
- c) comprovante de pagamento do 13º;
- d) relatório RE - relação de trabalhadores (competência da primeira e da segunda ou da única parcela):
  - d.1) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip;
  - d.2) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip - resumo do fechamento - empresa - FGTS;
- e) relatório GRF (competência da primeira e da segunda ou da única parcela):
  - e.1) guia de recolhimento do FGTS - GRF;
  - e.2) comprovante de pagamento da GRF;
- f) protocolo de envio de arquivos conectividade social (competência da primeira e da segunda ou da única parcela):
- g) relatório RE - relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip (competência 13);
- h) relatório de declaração à Previdência:
  - h.1) comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS (competência 13);
- i) relatório GPS (competência 13):
  - i.1) guia da Previdência Social - GPS;

i.2) comprovante de pagamento da GPS;

j) comprovante de envio de arquivos conectividade social (competência 13);

k) no caso entidades obrigadas ao eSocial, os documentos relacionados nas alíneas "g", "h", "i" e "j" serão substituídos por relatórios eSocial e DCTFweb:

k.1) Declaração Completa gerada pelo DCTFweb, na Categoria Anual (13º Salário), em situação Ativa (Original ou Retificadora);

k.2) Recibo de Entrega da DCTFWeb Anual;

k.3) DARF gerado pela DCTFweb Anual com detalhamento dos pagamentos previdenciários;

k.4) Comprovante de pagamento do DARF gerado pelo DCTFweb;

k.5) Caso necessário para esclarecimento dos valores individuais, cópia dos eventos S-5001 - Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador, S-5002 - Imposto de Renda Retido na Fonte, S-5003 - Informações do FGTS por Trabalhador, S-5011 - Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte, S-5012 - Informações do IRRF consolidadas por contribuinte, S-5013 - Informações do FGTS consolidadas por contribuinte;

**III - no caso de rescisão** (todos os documentos elencados abaixo se referem à competência da rescisão):

a) planilha que contenha as seguintes informações: nome do prestador terceirizado, data de admissão na empresa e data de disponibilização à JFGO na condição de "titular";

b) termo de rescisão de contrato de trabalho - TRCT;

c) termo de homologação do contrato de trabalho - THRCT, para contratos de trabalho superiores a um ano;

d) termo de quitação de rescisão de contrato de trabalho - TQRCT, para contratos de trabalho inferiores a um ano;

e) comprovação de depósito em conta bancária do empregado relativo ao valor líquido do termo de rescisão;

f) demonstrativo do trabalhador de recolhimento do FGTS Rescisório (multa do FGTS);

g) guia de recolhimento rescisório do FGTS devidamente quitada;

h) folha de pagamento ou folha fiscal referente ao mês de competência da rescisão;

i) relatório RE - Relação de Trabalhadores:

i.1) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip;

i.2) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip - resumo do fechamento - empresa - FGTS;

j) relatório GRF:

j.1) guia de recolhimento do FGTS - GRF;

j.2) comprovante de pagamento da GRF;

k) relatório comprovante de declaração à Previdência:

k.1) comprovante de declaração das contribuições a recolher à previdência social e a outras entidades e fundos por FPAS;

l) relatório GPS:

l.1) guia da Previdência Social - GPS;

l.2) comprovante de pagamento da GPS;

m) protocolo de envio de arquivos conectividade Social;

n) no caso entidades obrigadas ao eSocial, os documentos relacionados nas alíneas "k" e "l" serão substituídos por relatórios eSocial e DCTFweb:

n.1) Declaração Completa gerada pelo DCTFweb, na Categoria Geral, em situação Ativa (Original ou Retificadora);

n.2) Recibo de Entrega da DCTFWeb;

n.3) DARF gerado pela DCTFweb com detalhamento dos pagamentos previdenciários;

n.4) Comprovante de pagamento do DARF gerado pelo DCTFweb;

n.5) Caso necessário para esclarecimento dos valores individuais, cópia dos eventos S-5001 - Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador, S-5002 - Imposto de Renda Retido na Fonte, S-5003 - Informações do FGTS por Trabalhador, S-5011 - Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte, S-5012 - Informações do IRRF consolidadas por contribuinte, S-5013 - Informações do FGTS consolidadas por contribuinte.

7.46.3. O CONTRATANTE autorizará a movimentação direta para a conta bancária dos empregados alocados nas suas dependências, exclusivamente para pagamento de verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do art. 4º da Resolução CNJ n. 169/2013, desde que a CONTRATADA apresente, de cada empregado, os documentos elencados abaixo:

**I - no caso de férias:**

- a) planilha que contenha as seguintes informações: nome do prestador terceirizado, CPF e dados bancários, data de admissão na empresa, data de disponibilização à JFGO na condição de "titular", período aquisitivo e concessivo de férias e valor líquido a ser movimentado;
- b) aviso de férias e folha de pagamento com indicação do nome do prestador terceirizado.

**II. - no caso de 13º salário:**

- a) planilha que contenha as seguintes informações: nome do prestador terceirizado, CPF e dados bancários, data de admissão na empresa, data de disponibilização à JFGO na condição de "titular", no ano de referência da gratificação natalina e valor líquido a ser movimentado;
- b) folha de pagamento do 13º salário.

**III. - no caso de rescisão:**

- a) planilha que contenha as seguintes informações: nome do prestador terceirizado, CPF e dados bancários, data de admissão na empresa, data de disponibilização à JFGO na condição de "titular", e somatório das verbas rescisórias para as quais há provisão na conta depósito vinculada;
- b) folha de pagamento ou fiscal da rescisão com todas as rubricas detalhadas;
- c) valores discriminados de férias vencidas ou a vencer e respectivo 1/3 constitucional;
- d) valor do 13º salário proporcional;
- e) guia de recolhimento do FGTS rescisório por empregado;
- f) planilha com informações dos empregados (nome, CPF e dados bancários);
- g) termo de rescisão devidamente homologado pelo Sindicato ou Ministério do Trabalho.

**Observações:**

- 1) Excepcionalmente, a critério da Administração, poderão ser aceitos outros documentos de comprovação das quitações trabalhistas e/ou previdenciárias não arrolados acima.
- 2) Poderão ser utilizados como parâmetros os modelos de documentos destinados ao cadastramento e à movimentação da conta depósito vinculada contidos nos anexos I, II, III, VI e VIII do Termo de Cooperação Técnica de que trata a Portaria CNJ n. 391, de 12 de novembro de 2013.

7.46.4. No caso de rescisão do contrato ou encerramento de vigência com dispensa dos empregados e pagamento das verbas rescisórias pela CONTRATADA, o CONTRATANTE autorizará o resgate dos valores existentes na conta-depósito vinculada, desde que a CONTRATADA apresente os documentos elencados abaixo:

**I - no caso de férias:**

- a) planilha que contenha as seguintes informações: nome do prestador terceirizado, CPF e dados bancários, data de admissão na empresa, data de disponibilização à JFGO na condição de "titular", período aquisitivo e concessivo de férias e valor líquido a ser movimentado;
- b) aviso de férias e folha de pagamento com indicação do nome do prestador terceirizado.

**II. - no caso de 13º salário:**

- a) planilha que contenha as seguintes informações: nome do prestador terceirizado, CPF e dados bancários, data de admissão na empresa, data de disponibilização à JFGO na condição de "titular", no ano de referência da gratificação natalina e valor líquido a ser movimentado;
- b) folha de pagamento do 13º salário.

**III. - no caso de rescisão:**

- a) planilha que contenha as seguintes informações: nome do prestador terceirizado, CPF e dados bancários, data de admissão na empresa, data de disponibilização à JFGO na condição de "titular", e somatório das verbas rescisórias para as quais há provisão na conta depósito

vinculada;

- b) folha de pagamento ou fiscal da rescisão com todas as rubricas detalhadas;
- c) valores discriminados de férias vencidas ou a vencer e respectivo 1/3 constitucional;
- d) valor do 13º salário proporcional;
- e) guia de recolhimento do FGTS rescisório por empregado;
- f) planilha com informações dos empregados (nome, CPF e dados bancários);
- g) termo de rescisão devidamente homologado pelo Sindicato ou Ministério do Trabalho.

Observações:

- 1) Excepcionalmente, a critério da Administração, poderão ser aceitos outros documentos de comprovação das quitações trabalhistas e/ou previdenciárias não arrolados acima.
- 2) Poderão ser utilizados como parâmetros os modelos de documentos destinados ao cadastramento e à movimentação da conta depósito vinculada contidos nos anexos I, II, III, VI e VIII do Termo de Cooperação Técnica de que trata a Portaria CNJ n. 391, de 12 de novembro de 2013.

7.46.5. Quando os valores a serem liberados se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o CONTRATANTE requererá, por meio da contratada, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério da Economia para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

7.46.6. Encerrada a vigência do contrato com dispensa dos empregados, o CONTRATANTE autorizará o resgate dos valores existentes na conta depósito vinculada, mediante apresentação dos comprovantes de quitação das respectivas verbas rescisórias.

7.46.7. Caso a empresa, após o término do contrato, não realize as comprovações necessárias para a liberação dos valores bloqueados, o CONTRATANTE reterá o montante depositado na conta depósito vinculada, com fundamento no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, e no art. 11 da CLT, pelo prazo de:

- a) dois anos, caso o empregado não tenha ajuizado ação trabalhista; e
- b) cinco anos, caso o empregado tenha ajuizado ação trabalhista.

7.46.8. Realizados os pagamentos devidos, descontadas eventuais tarifas bancárias, se ainda assim houver saldo residual na conta-depósito vinculada, o montante será liberado à contratada após o encerramento do contrato.

7.47. Os saldos das contas-depósitos vinculadas serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou outro de maior rentabilidade definido no termo de cooperação técnica, desde que resguardada a liquidez diária dos recursos contingenciados.

7.48. O CONTRATANTE terá acesso aos saldos e extratos dos valores depositados na conta-depósito vinculada.

7.49. Os valores das tarifas bancárias de abertura, manutenção da conta-depósito vinculada e movimentação de valores, caso haja cobrança, a forma e o índice de remuneração dos saldos da conta-depósito vinculada, serão aqueles negociados com o banco público oficial, conforme previsto no parágrafo único do art. 5º e art. 8º da Resolução n. 169/2013, do Conselho Nacional de Justiça, e deverão ser suportados na taxa de administração fixada na proposta comercial da empresa.

7.50. No caso em que o banco público promova o débito do valor das despesas com a cobrança de abertura, manutenção da conta-depósito vinculada e movimentação de valores diretamente na conta-depósito vinculada, o referido montante será retido do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado na conta-depósito vinculada, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 1º da Resolução n. 169/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

7.51. A movimentação da conta depósito vinculada estará isenta da cobrança de quaisquer tarifas bancárias, quando ocorrer para o CNPJ titular da conta, independentemente do banco informado para crédito. No caso de movimentação diretamente para conta dos empregados, haverá cobrança de tarifa, de acordo com a tabela de tarifas da CAIXA;

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

8.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.6. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**8.7. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.17. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.18. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.19. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.19.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.19.2 capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.19.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.19.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.19.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.19.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.20. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante no Anexo XII deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.20.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.20.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

#### **Qualificação Técnica**

8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.24. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.25. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.25.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **3 (três) anos na prestação dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra** (Acórdão TCU n. 2076/2023-Plenário e Acórdão 1589/2024 - Plenário), sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.25.2 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados (8 postos);

8.26. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.27. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.29. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.31. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado mensal da contratação é de **R\$ 152.728,43 (cento e cinquenta e dois mil setecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos)** e anual de **R\$ 1.832.741,10 (um milhão, oitocentos e trinta e dois mil setecentos e quarenta e um reais e dez centavos)**, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços constante no Anexo XI deste termo.

## 10. DOS CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

10.1. A partir do segundo ano de vigência, os eventos passíveis de eliminação total ou parcial, considerados como custos não renováveis, como Aviso Prévio Indenizado, Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado, Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizados, Aviso Prévio Trabalhado, Incidência do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado serão ajustados ou eliminados da Planilha de Custos e Formação de Preços, após verificado pelo Gestor, se foram pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação;

**10.1.1 O Gestor realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação citados no subitem 10.1, e, após apurados, serão encaminhados à Seção de Contratos, juntamente com a concordância da futura contratada e com a Planilha de Custos devidamente adequada com os novos percentuais (Instrução Normativa n. 05/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).**

**10.1.2** Conforme TCU, Acórdãos n. 1.186/2017 e 1.586/2018, caso o percentual inicial previsto para essa rubrica tenha sido o máximo de 1,94% no primeiro ano, em caso de prorrogação do contrato, o percentual passará a ser de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, o que representa 3 (três) dias a mais de aviso, conforme a Lei 12.506/2011.

**10.1.3** A licitante poderá prever percentual diverso para o APT, contudo, o máximo permitido é de até 1,94%. Nesse caso, no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela deverá representar 3 (três) dias a mais de aviso proporcionais ao percentual cotado (Acórdão TCU 1.586/2018).

10.2. Com as eliminações/adequações dos custos tratados neste item, considerando como exemplo constante na Planilha de Custos anexa a este termo, passarão a ser (salvo se houver ocorrências comprovadas passíveis de negociação entre as partes):

- a) os percentuais contidos correspondentes ao Aviso Prévio Indenizado e Incidência do FGTS sobre o API respectivamente, serão zerados;
- b) o percentual do Aviso Prévio Trabalhado passará de 1,940% para 0,194%;
- c) o percentual da incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado passará de 0,71% para 0,071%;

10.3. As disposições contidas neste Item são condições para continuidade do contrato a partir do segundo ano de vigência (Subitem 1.2, do Anexo VII-F da Instrução Normativa n. 05/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através **Classificação Funcional Programática 02061003342570001** - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional, Plano Orçamentário 0010 - Ações de Informática, **Categoria Econômica 3**, Natureza da Despesa 3.3.90.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ).